

Visão de

FUTURO

Setec
2019

SU MÁ RIO

3 APRESENTAÇÃO

4 UM NORTE PARA SEGUIR – *Conhecimento, Inovação, Desenvolvimento Socioeconômico e Qualidade do Investimento Público*

4 OBJETIVOS PARA ALCANÇAR – *Educar para Transformar*

5 EIXOS ESTRATÉGICOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – *Mediação, Colaboração e Diálogo.*

APRESENTAÇÃO

Iniciemos com uma constatação um tanto quanto óbvia: não se pode falar em conhecimento sem correlacioná-lo com a ideia de transformação. Já no século XIV o filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626) chamava a atenção para o fato de que saber é poder: poder de transformar a realidade à nossa volta; poder de superar de modo criativo os desafios que essa mesma realidade interpõe à nossa existência cotidianamente; poder de desfrutar uma existência mais confortável, à salvo das ameaças que representam as forças da natureza; poder de compreender essa mesma natureza e cuidar para que a nossa relação seja harmoniosa com as demais formas de vida que coabitam este mesmo espaço conosco.

No entanto, embora um tanto óbvia, essa constatação parece um tanto quanto esquecida – ou pelo menos relegada a segundo plano – quando temos em mente a realidade da educação brasileira. O nosso histórico não é dos mais animadores. Nosso desempenho na educação básica não tem sido dos mais animadores; nossa ciência, de baixo impacto no cenário internacional; embora reconhecidamente detentores de exuberantes fauna, flora e riquezas minerais não conseguimos transformar toda essa potencialidade em desenvolvimento econômico, conforto e segurança. Com baixa compreensão de nosso próprio potencial nos tornamos, na maioria das vezes, ineficientes na defesa das mesmas e presas fáceis de interesses alheios de momento.

As origens dessa falta de compreensão básica do caráter transformador do conhecimento podem ser remontadas ao período colonial. Privilegiamos sempre a erudição descolada dos problemas práticos, por vezes menosprezando o trabalho e vendo-o como algo próprio dos escravos ou dos menos favorecidos. Passamos ao largo daquele gosto pela experimentação que tanto entusiasmou os empiristas ingleses. Fomos formados, via jesuítas, pela mentalidade escolástica, infelizmente mais influenciada pelo lógico do que pelo proto-cientista Aristóteles. Muito embora possamos encontrar, à altura do século XVIII, tentativas de se superar o modelo pedagógico jesuítico, não fomos capazes de abraçar, de modo completo, os ideais do Iluminismo e seu amor pela ciência. Como resultado de uma adesão tímida passamos, junto com Portugal, pelo empirismo mitigado de Pombal. Pela aceitação irrefletida dos ideais iluministas, descolada de suas bases empíricas.

Ora, essa aceitação irrefletida de experiências que não as nossas parece ser uma constante na história de nossa educação, uma vez que estivemos sempre a olhar para fora de nossas próprias possibilidades e a buscar soluções para problemas que não são os nossos: Coimbra, Paris, Oxford, Harvard. Da mesma forma parecemos, por vezes, acatar a ciência não como algo em constante evolução, como diálogo aberto, mas como algo em si fechado e infalível. Como resultado temos, no Brasil, uma educação descolada dos valores motivadores do conhecimento: a transformação de nós mesmos e da realidade à nossa volta.

Sintomático a respeito disso são as palavras do físico norte-americano Richard Feynman (1918-1988) que, na década de 50 do século passado, ousou dizer que não se ensinava ciência no Brasil, estando toda a educação de outrora – assim como a de hoje – voltada para a aprovação em exames, para um inútil processo de memorização em detrimento do verdadeiro sentido da produção do conhecimento: transformar a condição humana através da compreensão, predição e intervenção dos ritmos da natureza.

Alguém poderia se antepor a Feynman apontando para a distância temporal que separa suas palavras de nossa realidade mais comezinha. No entanto, no momento em que se fala de educação 4.0, em desaparecimento de postos de trabalhos tradicionais, em surgimento de postos de trabalhos nunca antes imaginados, em fenômenos como o da Internet das Coisas ou de metodologias *start-ups*, percebemos o abismo que separa nosso tradicional modo de fazer educação desse sentido primordial do conhecimento do qual estamos falando. Ora, faz-se necessário superarmos o atual modelo de repositório de informações pouco úteis para o de ousados experimentadores de possibilidades. É preciso reconectar a sala de aula à realidade; é preciso recuperar a noção de que o conhecimento é a ferramenta à qual nós seres humanos, por meio de nossa história, lançamos mão para superar as adversidades que encontramos pelo caminho.

Ao adotarmos essa perspectiva poderemos notar o quão trágico é termos meninos e meninas que, nas aulas de ciências, limitem-se a estudar a linguagem de transcrição dos resultados das instigantes pesquisas científicas. O quão triste é o adestramento com vistas à aprovação em vestibulares, enem e concursos em detrimento do caráter existencial (e por vezes dramático) do conhecimento.

Alexandro Ferreira de Souza
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

UM NORTE PARA SEGUIR – *Conhecimento, Inovação, Desenvolvimento socioeconômico e Qualidade do Investimento Público*

“Uma educação de excelência que faça frente aos desafios do mundo do trabalho, da inovação e do desenvolvimento socioeconômico”

Essas são as ideias e valores que servirão de norte para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC. Nossos objetivos podem ser resumidos numa frase simples: *uma educação de excelência que faça frente aos desafios do mundo do trabalho, da inovação e do desenvolvimento socioeconômico*. Alguns notarão a falta do “profissional e tecnológica” logo depois de educação. Escusado dizer que não foi um lapso, mas a reafirmação deste aspecto inquiridor, transformador e localizado da educação que, embora tão manifesto na educação profissional e tecnológica - EPT, não é privilégio desta.

De nossa frase-resumo podemos tirar ainda quatro palavras-chave que manifestam aquilo no qual acreditamos e que compõem o horizonte a partir do qual formularemos as políticas públicas de educação profissional e tecnológica: conhecimento, inovação, desenvolvimento socioeconômico e qualidade do investimento público.

Conhecimento como apropriação de respostas já dadas aos desafios colocados ao gênero humano pela realidade circundante; uma confluência passado-presente, na qual se procura oferecer a possibilidade de brasileiros e brasileiras tomarem parte do diálogo interminável do conhecimento em bases seguras, sólidas.

Inovação como aplicação do conhecimento e transcendência do *status quo*, como abertura de novos horizontes, de novas possibilidades, numa espécie de confluência **presente-futuro** no qual indivíduos possam exercer sua inventividade a partir de bases seguras do que até aqui foi produzido pelo ser humano.

Desenvolvimento Socioeconômico como transformação individual, regional e nacional por intermédio do domínio, aplicação e inovação do conhecimento, numa confluência **passado-presente-futuro** na qual se deixa claro que não existe política mais inclusiva do que uma educação de excelência.

Qualidade do Investimento Público como responsabilidade e apreço pelos recursos públicos, o que significa propor programas e encetar ações de modo planejado, monitorado e bem avaliado, evitando-se o desperdício e garantindo a aprendizagem.

OBJETIVOS PARA ALCANÇAR – *Educar para transformar*

“ser reconhecido como instituição a serviço da liberdade individual e do direito à educação, contribuindo para a superação das desigualdades sociais”.

É preciso ter em mente que as ideias expressadas acima só encontram seu sentido em um sujeito, em um sujeito ativo do conhecimento, que busca compreender o mundo à sua volta e o infundável transmutar-se de suas formas. “Eu sou eu e minha circunstância”, como expressado por Ortega y Gasset. O sujeito do conhecimento não pode ser entendido como desconectado de sua historicidade e dos desafios que enfrenta de modo cotidiano. Ora, se somos seres situados, incompreensíveis fora de nossas próprias circunstâncias, isso significa dizer que o conhecimento é sempre conhecimento contextualizado. Contextualizado e de um alcance que supera o próprio indivíduo, uma vez que ao buscar superar as suas próprias dificuldades o indivíduo promove sempre uma transformação do cenário ao qual se encontra inserido.

Do ponto de vista pedagógico podemos tirar disso duas conclusões: o conhecimento está sempre referido a problemas reais e, como movimento de um sujeito em direção a circunstâncias inicialmente pouco compreendidas, além de ativo, tem sempre um resultado comunitário, pois, continuando com Ortega, se pode dizer que “se não salvo a ela [à minha circunstância], não salvo a mim”. Ao falarmos de uma educação para a

transformação devemos estar cientes de que falamos de uma prática pedagógica contextualizada, movida a problemas e criativa; que seja mais que um mero desdobrar de fórmulas, conceitos e palavras sem sentido. Que seja intermediada por um princípio básico da educação profissional e tecnológica: aprender fazendo.

“Educação profissional e tecnológica de excelência e que faça frente aos desafios do mundo do trabalho, da inovação e do desenvolvimento socioeconômico” para quem? Essa é a questão que deve ser mantida como horizonte.

Em meio a processos burocráticos, instruções, portarias, leis, têm-se a tendência a esquecer a razão pela qual órgãos como a SETEC e o próprio Ministério da Educação - MEC existem. Ora, devemos sempre nos lembrar que estamos aqui para servir ao cidadão brasileiro, para dotá-lo de competências e habilidades que o ajudem a superar seus desafios e a alcançar seus sonhos. É importante ressaltar que não cuidamos de abstrações, mas lidamos diariamente com anseios, angústias, sonhos. O MEC cuida dos brasileiros. Nesse sentido seria possível nos apoiarmos na reflexão Martin Buber [1878-1965] que, em sua obra *Eu e Tu*, chamou a atenção para os dois modos de relação que nós, seres humanos, podemos estabelecer em nossa convivência diária. Nos relacionamos com o mundo a partir da relação Eu-Isso (sujeito-objeto) e com os outros a partir da relação Eu-Tu (sujeito-sujeito). Para Buber, o problema surge quando confundimos os modos de relação, estabelecendo com os demais seres humanos, uma relação Eu-Isso, vendo-o como mero objeto. Devemos sempre nos lembrar de que nossas ações estão voltadas para um indivíduo concreto, historicamente situado e que anseia pelo conhecimento como elemento possibilitador de transformações de si e daqueles que lhe estão próximos.

Esse Tu, esse brasileiro ou brasileira que todos os dias vai para a escola, que deseja melhorar sua condição econômica, que sonha com um futuro melhor é que dá o sentido de nossas ações. Nossos objetivos, portanto, coadunam-se à visão do MEC, que pretende “ser reconhecido como instituição a serviço da liberdade individual e do direito à educação, contribuindo para a superação das desigualdades sociais”.

E como isso há de ser feito?

EIXOS ESTRATÉGICOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – *Mediação, Colaboração e Diálogo*

“propor programas, ações e metodologias conectadas com os desafios contemporâneos e que possam, de fato, dotar indivíduos de conhecimento efetivo e eficiente na transformação de suas circunstâncias”

Por intermédio da mediação eficiente entre a estrutura administrativa e o cidadão brasileiro, buscando-se a colaboração entre os vários entes, órgãos e setores da administração pública com vistas a melhor atender brasileiros e brasileiras.

Por intermédio do estabelecimento de parcerias e diálogo franco com aqueles que, embora não pertencentes à estrutura público-administrativa, compartilham dos mesmos valores.

Por intermédio da escuta das necessidades e sonhos de brasileiros e brasileiras e da compreensão de suas peculiares realidades, o que em última instância significa propor programas, ações e metodologias conectadas com os desafios contemporâneos e que possam, de fato, dotar indivíduos de conhecimento efetivo e eficiente na transformação de suas circunstâncias, para usar a expressão de Ortega y Gasset.

A PARTIR DO EXPOSTO ACIMA PROPÕE-SE, ENTÃO, OS EIXOS ESTRATÉGICOS DE ATUAÇÃO DA SETEC, SENDO ELES:

01. Garantia de eficiência do processo ensino-aprendizagem por intermédio da revisão e criação de marcos regulatórios e processos de avaliação da educação profissional e tecnológica.
02. Formulação de políticas e diretrizes para educação profissional com foco na inovação.
03. Formação dos docentes de educação profissional e tecnológica.
04. Articulação com os diversos ofertantes e colaboradores da educação profissional e tecnológica.
05. Atendimento às vulnerabilidades e inclusão social.
06. Consolidação da Rede Federal de Educação Científica, Profissional e Tecnológica.
07. Eficiência e qualidade da alocação de recursos.
08. Suporte à educação básica.
09. Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica como caminho formativo.

01. Garantia de eficiência do processo de ensino-aprendizagem por intermédio da revisão e criação de marcos regulatórios e processos de avaliação da educação profissional e tecnológica.

- Revisão dos normativos que estabelecem critérios claros de participação das Instituições Privadas de Ensino Superior - IPES na educação profissional e tecnológica;
- Atuação e discussão junto ao Conselho Nacional de Educação - CNE visando a atualização das Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional e Tecnológica;
- Participação junto ao CNE das discussões a respeito da Formação Inicial e Continuada de Professores no que tange a Educação Profissional e Tecnológica;
- Revisão dos marcos legais do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e apresentação de proposta junto ao Congresso Nacional;
- Elaboração de mapas de demanda que estejam de acordo com os arranjos produtivos e as potencialidades locais, garantindo qualidade de oferta e eficiência na alocação de recursos públicos;
- Discussão, elaboração e publicação de nova edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
- Discussão, elaboração e publicação de nova edição do Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia;
- Estabelecimento de critérios únicos que possibilitem o monitoramento, o controle e a avaliação de recursos públicos repassados aos parceiros do MEC;
- Atuação junto à Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e ao Congresso Nacional para modificações da lei do Aprendiz visando integrá-la de fato, à educação profissional e tecnológica;
- Força-tarefa visando zerar o passivo de ordens judiciais advindas de falhas do Sistema de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC no que diz respeito à entrega de certificados e diplomas;
- Elaboração de uma Base Tecnológica Nacional Comum Curricular dividida por eixos tecnológicos e cursos e baseada na ideia de itinerários formativos;
- Atuação junto à Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e atuação em conjunto com a mesma para uso eficiente dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT destinados à qualificação profissional;
- Criação de um programa de financiamento estudantil para a educação profissional e tecnológica (FIES-tec) concentrado nos cursos técnicos subsequentes
- Implementação segura, eficiente e prática da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede Certific; e

- Discussão e elaboração de um sistema nacional de avaliação da educação profissional e tecnológica em conjunto com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

02. Formulação de políticas e diretrizes para educação profissional e tecnológica com foco na inovação.

- Fortalecimento e amadurecimento dos Polos de Inovação;
- Aproximação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Rede Federal de EPCT do setor produtivo;
- Fortalecimento de metodologias que favoreçam a inovação:
 - Ensino híbrido;
 - Aprendizagem por problemas;
 - Empreendedorismo e inovação social;
 - Articulação de currículos e integração entre propedêutico e técnico;
 - Metodologia *start-up*;
 - Fortalecimento da ideia de verticalização;
 - Ênfase nos princípios da Lei 11.892/2008;
- Elaboração de propostas de currículo e cursos de extensão a partir de experiências como o BraFF;
- Articulação com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação - MCTIC para fortalecimento da ciência aplicada;
- Aproximação com o setor produtivo; e
- Fortalecimento do ensino híbrido.

03. Formação dos profissionais de educação profissional e tecnológica.

- Internacionalização da Rede Federal de EPCT;
- Cursos de formação em metodologias inclusivas e tecnologias assistivas; e
- Revisão e manutenção de iniciativas como o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT com ênfase em pedagogias ativas, aprendizado por problemas e ensino híbrido.

04. Articulação com os diversos ofertantes e colaboradores da educação profissional e tecnológica.

- Revisão dos modos de cooperação com municípios e estados;
- Auditoria no Pronatec;
- Análise, revisão e reestruturação do Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial e Comercial (SENAI e SENAC);
- Análise, revisão e reestruturação da iniciativa Bolsa Formação do Pronatec
- Criação de um Programa Dinheiro Direto na Escola-Técnico (PDDE-tec) visando equipar escolas estaduais voltadas para a EPT;
- Articulação da rede não-federal com a Rede Federal de EPCT;
- Suporte da Rede Federal de EPCT à oferta do V eixo da Base Nacional Comum Curricular; e
- Revisão de normativos de parcerias.

05. Atendimento às vulnerabilidades e inclusão social.

- Institucionalização do programa Mulheres Mil;
- Formação Inicial e Continuada para professores da rede federal e para a educação básica em metodologias inclusivas e tecnologias assistivas a partir daquilo que já existe na rede;
- Revisão e reestruturação de programas como Proeja e ProJovem destinados às pessoas em condições de vulnerabilidade e risco social;
- Revisão e reestruturação de programas de EPT para a população carcerária; e
- Aproximação a outros ministérios buscando a criação de políticas públicas interministeriais no campo de inclusão social.

06. Consolidação da Rede Federal de Educação Científica, Profissional e Tecnológica.

- Fortalecimento da Plataforma Nilo Peçanha - PNP; e
- Fortalecimento do papel institucional da SETEC como sistematizadora e norteadora das ações de EPT no Brasil.

07. Eficiência e qualidade da alocação de recursos públicos.

- Criação de um grupo de trabalho sobre a Consolidação e Otimização da Rede Federal de EPCT e elaboração de critérios claros de investimento de recursos públicos com base na Lei 11.892/2008;
- Institucionalização do programa EnergIF, com fomento à transformação da matriz energética das instituições da Rede Federal de EPCT;
- Maior diálogo entre as secretarias do MEC e outros órgãos ministeriais buscando a criação e execução de políticas públicas sólidas;
- Auditoria do Pronatec e colaboração jurídico-investigativa com o Ministério da Justiça;
- Levantamento, análise e reformulação de sistemas de gestão como o SISTEC.
- Formação para gestores municipais elaborados em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e os Institutos Federais de Educação Profissional Científica e Tecnológica;
- Formação para conselheiros do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB em parceria com o FNDE e os Institutos Federais de Educação Profissional Científica e Tecnológica;
- Elaboração de políticas de permanência e êxito visando justificar o investimento público; e
- Investimento na vocação tecnológica da Rede Federal de EPCT, com ênfase na verticalização do ensino.

08. Suporte à educação básica.

- Sistematização de práticas exitosas no âmbito da Rede Federal de EPCT e disseminação para as redes de educação básica;
- Formação de professores a partir da ideia de conhecimento aplicado e inovação;
- Cursos de extensão voltados para a disseminação do conhecimento científico aplicado;
- Suporte às escolas de EPT da rede não-federal;
- Cursos de complementação pedagógica, segunda licenciatura e licenciaturas nas áreas de matemática e ciências a partir da ideia de conhecimento aplicado, inovação e aprendizagem por problemas em conjunto com o BraFF; e
- Discussão e estruturação do V Eixo Formativo da BNCC.

09. Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica como caminho formativo.

- Reformulação do repositório de objetos educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica - ProEdu como um portal nacional da EPT:
 - Repositório de objetos educacionais;
 - Repositórios de boas práticas;
 - Cursos MOOC (*Massive open online courses*) ofertados pela Rede Federal de EPCT;
 - Institucionalização da Rede Certific com cursos preparatórios Educação à Distância e exames nos campi da Rede Federal de EPCT;
- Articulação, junto a outros órgãos da administração pública, com a finalidade de mostrar a viabilidade da EPT como caminho formativo; e
- Realização de estudos subsidiários visando a integração da EPT com o Ensino Médio e Superior tendo como referenciais casos de sucesso pelo mundo.

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL